

O PROCESSO TRIBUTÁRIO: DO ADMINISTRATIVO AO JUDICIAL

Andréa Mascitto
Bruna Dias Miguel
Carlos Eduardo Marino Orsolon
Catarina Rodrigues
Christiane Alves Alvarenga
Daniella Zagari
Gabriela Silva de Lemos
Gláucia Maria Lauletta Frascino
Leticia Pelisson
Lígia Regini
Luiz Roberto Peroba
Luiza Lacerda
Marcelo Salles Annunziata
Maria Eugênia Doin Vieira
Mariana Neves de Vito

Rafael Gregorin
Roberta de Lima Romano
Tércio Chiavassa
Vinicius Jucá Alves

O processo tributário: do administrativo ao judicial

© 2019 Andréa Mascitto, Bruna Dias Miguel, Carlos Eduardo Marino Orsolon, Catarina Rodrigues, Christiane Alves Alvarenga, Daniella Zagari, Gabriela Silva de Lemos, Gláucia Maria Lauletta Frascino, Letícia Pelisson, Lígia Regini, Luiz Roberto Peroba, Luiza Lacerda, Marcelo Salles Annunziata, Maria Eugênia Doin Vieira, Mariana Neves de Vito, Paulo Camargo Tedesco, Rafael Balanin, Rafael Gregorin, Roberta de Lima Romano, Tércio Chiavassa e Vinicius Jucá Alves

Editora Edgard Blücher Ltda.

Revisão de texto: Bárbara Waida

Diagramação: Guilherme H. Martins Salvador

Capa: Negrito Editorial

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

O processo tributário : do administrativo ao judicial /
Andréa Mascitto...[et al.]. – São Paulo : Blucher, 2019.
256 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-212-1870-8 (impresso)
ISBN 978-85-212-1871-5 (e-book)

1. Direito tributário 2. Administração e processo tribu-
tário 3. Processo civil – Leis e legislação 4. Poder judiciário
I. Mascitto, Andréa.

19-2027

CDD 343.81040269

Índice para catálogo sistemático:
1. Administração e processo tributário

CONTEÚDO

PARTE I PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Processo administrativo tributário: análise mais técnica?	15
<i>Carlos Eduardo Marino Orsolon</i>	
1. Introdução	15
2. Interesses em discussão no processo administrativo tributário	16
3. Análise realizada no âmbito do processo administrativo	17
4. Considerações finais.....	20
 Aplicação do Código de Processo Civil no processo administrativo fiscal federal	 23
<i>Rafael Gregorin</i>	
1. Introdução	23
2. Aplicação do CPC em casos específicos.....	26
3. Considerações finais.....	31
 Provas no processo administrativo e verdade material	 33
<i>Andréa Mascitto</i>	
1. Introdução	33
2. Tipos de prova no processo tributário.....	34

3. Diferenciação da prova: processo tributário judicial <i>versus</i> processo tributário administrativo.....	35
4. Verdade material.....	38
5. Celeumas <i>versus</i> busca da verdade material.....	38
6. Considerações finais.....	41

Admissibilidade de recursos (recurso especial, embargos de declaração e agravo) nos tribunais administrativos..... 43

Paulo Camargo Tedesco

1. Introdução.....	43
2. Embargos de declaração.....	47
3. Admissibilidade do agravo.....	51
4. Recurso especial.....	52
5. Considerações finais.....	56

Aplicação da LINDB no processo administrativo tributário..... 59

Tércio Chiavassa

1. Introdução.....	59
2. Aplicação da LINDB ao processo administrativo tributário.....	61
3. Alegações da PGFN sobre a inaplicabilidade da LINDB ao processo administrativo tributário.....	66
4. Posicionamento do CARF e da CSRF sobre a matéria.....	68
5. Considerações finais.....	69

Novo Código de Processo Civil e a aplicação dos recursos repetitivos no processo administrativo tributário..... 71

Letícia Pelisson

1. Introdução.....	71
2. Aplicação supletiva e subsidiária do NCPC ao processo administrativo tributário.....	74
3. Observância dos precedentes judiciais na esfera administrativa federal....	76
4. Considerações finais.....	82

Intervenção do poder judiciário no processo administrativo tributário federal..... 85

Catarina Rodrigues

Atribuição da responsabilidade a terceiros no processo administrativo tributário	93
<i>Luíza Lacerda</i>	
1. Introdução	93
2. Aspectos fundamentais do procedimento de imputação da responsabilidade tributária	96
3. IN RFB n. 1.862/2018	102
4. Considerações finais.....	104
Multas qualificadas e conduta dolosa	107
<i>Roberta de Lima Romano</i>	
1. Introdução	107
2. Tipicidade cerrada e necessidade de comprovação da conduta dolosa ..	108
3. Liberdade para o contribuinte se organizar e direito constitucional à livre economia.....	111
4. Casos concretos de aplicação reiterada da multa qualificada.....	113
5. Considerações finais.....	116
Vícios na constituição definitiva do crédito tributário: necessidade de observância da paridade e voto de qualidade	117
<i>Bruna Dias Miguel</i>	
1. Introdução	117
2. Paridade nos julgamentos colegiados dos órgãos administrativos.....	118
3. Voto de qualidade como garantidor do devido processo legal administrativo.....	122
4. Considerações finais.....	124
Portaria PGFN n. 33/2018: nova fase no contencioso tributário	129
<i>Christiane Alves Alvarenga</i>	
1. Introdução	129
2. Procedimentos instituídos pela Portaria PGFN n. 33/2018	130
3. Inconstitucionalidades do art. 20-B, § 3º, inciso II, da Lei n. 10.522/2002, bem como dos dispositivos da Portaria PGFN n. 33/2018.....	135
4. Considerações finais.....	137

PARTE II

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

Desafios e impactos decorrentes da constituição definitiva do crédito na esfera administrativa	141
<i>Rafael Balanin</i>	
1. Introdução.....	141
2. Constituição definitiva do crédito tributário e tentativa de responsabilização posterior de sócios ou administradores.....	142
3. Defesa do terceiro incluído como responsável na CDA: necessidade de oferecimento de garantia e oposição de embargos à execução	148
4. Considerações finais.....	151
 Impactos do NCPC em procedimentos previstos em legislação específica: execução fiscal, medida cautelar fiscal e mandado de segurança	 153
<i>Marcelo Salles Annunziata</i>	
1. Introdução.....	153
2. Aplicação subsidiária do NCPC.....	154
3. Impactos na execução fiscal (Lei n. 6.830/1980).....	155
4. Impactos na medida cautelar fiscal (Lei n. 8.397/1992)	160
5. Impactos no mandado de segurança (Lei n. 12.016/2009)	162
6. Considerações finais.....	163
 Jurisprudência defensiva e o NCPC	 165
<i>Luiz Roberto Peroba</i>	
1. Introdução.....	165
2. Mudanças implementadas pelo NCPC e posicionamento dos tribunais superiores.....	168
3. Considerações finais.....	173
 Tutela de evidência e direito à compensação: conciliação do entendimento manifestado em recurso repetitivo com o art. 170-A do CTN	 175
<i>Maria Eugênia Doin Vieira</i>	

1. Introdução.....	175
2. Tutela de evidência e precedentes vinculantes no CPC.....	176
3. Compensação e o art. 170-A do CTN.....	178
4. Composição da tutela de evidência com o art. 170-A do CTN.....	181
5. Considerações finais.....	183

Inaplicabilidade da ação rescisória prevista no § 8º do art. 535 do NCPC às decisões declaratórias não executadas judicialmente..... 185

Gláucia Maria Lauletta Frascino

1. Introdução.....	185
2. Interpretação restritiva de dispositivos que tratam da coisa julgada.....	186
3. Ação rescisória prevista no § 8º do art. 535 do NCPC.....	189
4. Considerações finais.....	195

Recursos extraordinário e especial repetitivos: seleção de caso representativo da controvérsia..... 197

Mariana Neves de Vito

1. Introdução.....	197
2. Aspectos processuais dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	199
3. Seleção das demandas representativas de controvérsia.....	200
4. Considerações finais.....	203

STF e STJ: a efetividade dos precedentes “vinculantes” na era do NCPC..... 205

Lígia Regini

1. Introdução.....	205
2. STF em RG sobre matéria tributária.....	208
3. STJ em recursos repetitivos sobre matéria tributária.....	214
4. Considerações finais.....	217

Sistema de precedentes e art. 489, § 1º, do NCPC..... 219

Daniella Zagari

1. Evolução do sistema de precedentes no Brasil.....	219
--	-----

2. O sistema de precedentes à luz do NCPC	221
3. A relevância da fundamentação no contexto do sistema de precedentes.....	222
4. Considerações finais.....	225

Eficácia dos julgamentos nos tribunais superiores 229

Gabriela Silva de Lemos

1. Introdução	229
2. Segurança jurídica e princípio da confiança	229
3. Novo Código de Processo Civil.....	231
4. Situações concretas	232
5. Considerações finais.....	236

Revisão de jurisprudência consolidada e modulação da eficácia das decisões 239

Vinicius Jucá Alves

1. Introdução	239
2. Proteção ao patrimônio e limitações ao direito de tributar na Constituição Federal	240
3. Força das decisões dos tribunais superiores.....	242
4. Histórico de modulação no STF.....	246
5. Regime jurídico da modulação dos efeitos após a edição do NCPC	249
6. Considerações finais.....	253